

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E ARQUITETURA
CRISIS ESTRUCTURAL DE CAPITAL Y ARQUITECTURA
STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL AND ARCHITECTURE

José THIESEN

Arquiteto, mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo
Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo (IAU-USP), São Carlos - SP
E-mail: jose.pthiesen@gmail.com

João Marcos LOPES

Arquiteto, Doutor em Filosofia e Metodologia das
Ciências; Professor Livre Docente do Instituto de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
(IAU-USP), São Carlos - SP
E-mail: joaomarcosdealmeidalopes@gmail.com

RESUMO

O recente estudo de Pedro Fiori Arantes sobre a arquitetura na era digital-financeira lança luz sobre um debate urgente: a que fundamentos sociais e econômicos está ligada a arquitetura do que hoje é considerado o seu mainstream? Este artigo pretende afirmar a justeza das afirmações do estudo minucioso de Pedro Arantes, mas ao mesmo tempo sugerir que talvez mais pertinente do que ver nela a expressão do período de financeirização do capitalismo seria situá-la no contexto da "crise estrutural do capital". A identificação desta crise estrutural tem como um de seus principais expoentes teóricos o belga Ernest Mandel, que publicou no início da década de 1970 seu livro intitulado *O capitalismo tardio*. Abrimos um diálogo de concepções para apontar um possível novo olhar crítico sobre a arquitetura de nosso tempo.

Palavras-chave

Crise estrutural do capital. Arquitetura. Financeirização.

RESUMEN

El reciente estudio realizado por Pedro Fiori Arantes acerca de la arquitectura en la era digital y financiera arroja luz en un debate de urgencia: ¿a cuales bases sociales y económicas está vinculada la arquitectura de lo que ahora se considera su corriente principal? Este artículo tiene la intención de afirmar la exactitud de las declaraciones del estudio detallado de Pedro Arantes, pero al mismo tiempo, sugiere que tal vez más pertinente que ver en él la expresión de la época de la financiarización del capitalismo sería situarlo en el contexto de "crisis estructural del capital". La identificación de esta crisis estructural tiene como uno de sus principales exponentes teóricos el belga Ernest Mandel, que publicó a principios de 1970 su libro *Capitalismo Tardío*. Hemos abierto un diálogo de ideas para señalar una posible nueva mirada crítica sobre la arquitectura de nuestro tiempo.

Palabras clave

Crisis estructural del capital. Arquitectura. Financiarización.

ABSTRACT

The recent study by Pedro Fiori Arantes on architecture in the digital and financial age sheds light on an urgent debate: what social and economic foundations linked the mainstream of the present architecture? This article intends to state the correctness of the statements in the detailed study of Pedro Arantes although, at the same time, to suggest that perhaps more appropriate than seeing in it an expression of the period of financialization of capitalism would be to situate it in the context of "structural crisis of the capital." The identification of this structural crisis has the Belgian theorist Ernest Mandel as the most theoretical exponent, who published in the early 1970's his book *Late Capitalism*. We opened a dialogue of ideas to point a possible new critical look at the architecture of our time..

Keywords

Structural crisis of the capital. Architecture. Financialization.

PREÂMBULO

Enquanto desafio teórico – e já há algum tempo – é recorrente o ensaio de reflexões em busca de possíveis nexos entre a expressão cultural de uma época e seus fatores econômicos, políticos, sociais, tecnológicos etc. Por certo que este campo de debates é extramente amplo, e que nossa intenção ao mencioná-lo aqui não é outra senão mostrar que este não é um debate superado, mas sim de um problema incessantemente recorrente para quem se arrisca pela discussão teórica da arte em geral.

No que se refere à arquitetura – que certamente não se livra de uma especial atenção nas investigações sobre tais nexos –, sua pertinência como fato ou fator, que decorre das ou do qual decorrem as contradições, ambiguidades e ressonâncias que fazem mover as ordens vigentes não é dada como pressuposto indiscutível. Por mais paradoxal que isto soe, são diversos os argumentos que aparecem aqui e ali a favor de uma relativa (e por vezes, total) autonomia da arquitetura frente às mecânicas do mundo da vida, solidárias às condicionantes naturais ou próprias do “reino da necessidade” – de onde a arquitetura teria surgido e, alçada à condição de arte, dali partido para alojar-se em definitivo no “reino da liberdade”¹. Apesar das dificuldades imanentes em afirmar a arquitetura como uma “objetivação sem objetivo” (lembrando aqui o juízo de gosto kantiano), por vezes declarou-se a total liberação subjetiva do arquiteto, posto em armas com a sua capacidade de se expressar com uma infinidade de meios e técnicas, independente de qualquer injunção ou condicionamento externo.

Apesar dos esforços, contudo, parece-nos que a arquitetura persiste em sua **mundanidade**, irremediavelmente atada à sua heteronomia diante de uma realidade sobredeterminada pelo mercado e pela circulação da mercadoria, fazendo submergir os seus produtos também na correnteza confinada da produção cultural contemporânea. Daí também não pode se ausentar o fator ideológico. Mais que isso, surge a hipótese de que, para ajustar-se a ela, a produção da arquitetura adere à lógica da produção cultural propriamente dita, convalidando e fazendo seus os esforços de enfrentamento dos antagonismos entre base e superestrutura, contribuindo para a plena realização do capitalismo – que, em tempos de hegemonia do mercado e segundo Jameson (1996), também opera sob a lógica da cultura.

Se confirmada essa hipótese, não caberia aos teóricos da arquitetura reorientar suas pesquisas? Se for certo que as bases de explicação da realidade contemporânea não se encontram mais entre os meandros dos mecanismos de **produção de valor** – um recurso explicativo que marcou a época precedente, caracterizada pela hegemonia do capital produtivo –, mas sim embrenhadas numa nova lógica, ainda obscura ou dificilmente tateável, porque atravessada pela naturalização ideológica perpetrada pela consubstanciação de valores culturais – aparentemente impalpáveis, subjetivos ou menos identificáveis – em produtos objetivos, então o que se supõe é que, neste caso, no epicentro dessa virada analítica, encontraríamos apenas abstratamente os sintomas da passagem do período precedente para um período de **hegemonia do capital financeiro**, nos termos da evolução do capitalismo recente.

1. Lembramos aqui de Vittorio Gregotti e seu Território da arquitetura. Podemos também fazer referência à proposição de Hegel; Há Frampton (História crítica da arquitetura moderna). Temos também os textos dos pequenos livros do Abílio Guerra. Sophia Telles também defende um estatuto relativamente autônomo para a arquitetura.

O CAPITALISMO TARDIO

Esta passagem de uma hegemonia a outra – do capital industrial ao capital financeiro –, embora seja hoje, mais do que nunca, objeto de grandes preocupações teóricas, não é algo tão recente assim. Rudolf Hilferding (1985) marcou época com o seu *Capital Financeiro*, publicado pela primeira vez em 1910, e influenciou profundamente toda uma geração, por acaso a de Lenin (2011) que, em 1916, expressa a constatação desta transição de hegemonias de maneira bastante categórica em seu *O Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Lenin (2011) todavia busca deixar bastante demarcado: o capital financeiro, que passava a assumir então a hegemonia ostentada anteriormente pelo capital industrial, nada mais era do que a fusão do próprio capital industrial com o capital bancário, ou seja, o capital industrial não estava simplesmente saindo de cena.

O que se percebe é que, embora desde o primeiro quartel do século XX já existissem estas teorias – e, inclusive, fossem bastante disseminadas – afirmando a hegemonia do capital financeiro, poucos arriscavam-se a tirar de campo a constatação da centralidade do capital produtivo. A industrialização, no sentido amplo do processo, manteve-se crescente até pelo menos 1965, e é a partir desta época que começam a brotar por todos os cantos expressões de uma modificação significativa – “abissal”, para Harvey (2012, p. 7) – no funcionamento do capitalismo.

Precisar que mudança foi essa é ainda a dificuldade com a qual nos encontramos enroscados. O certo é que, mesmo diante de uma verdadeira enxurrada de teorias que davam por certo o fim da centralidade do capital produtivo, da validade da lei do valor de Marx, ou mesmo do próprio capitalismo, um importante teórico marcou época ao realizar uma análise bastante minuciosa, por dentro do marxismo, deste novo processo: o belga Ernest Mandel, com seu *O capitalismo tardio*, escrito em 1982. A influência de *O capitalismo tardio* ainda é claramente visível na produção de pensadores de nosso tempo – entre eles David Harvey, Frederic Jameson, John Bellamy Foster e István Mészáros² – cada um a seu modo.

Para Mandel (1982), em linhas muito gerais (as quais procuraremos esmiuçar um pouco mais na segunda metade deste artigo), não tratava-se de uma sociedade pós-industrial ou pós-capitalista, nem tampouco de um novo momento positivo para o capital, em que este, agora livre das limitações impostas por um crescimento determinado pela lei do valor, podia desenvolver-se infinitamente, encontrando novas fontes de lucratividade em meios não ligados à exploração do trabalho vivo. Pelo contrário, tratava-se de um momento negativo para o capital, um momento de crise que já não era mais cíclica, mas sim estrutural, em que começavam a aparecer justamente os limites do desenvolvimento supostamente infinito deste modo de produção. Além disso, os investimentos em áreas “não produtivas” não representavam que elas eram agora inexplicavelmente lucrativas, mas sim que estava havendo um esgotamento das possibilidades de manutenção e retomada das taxas de lucro anteriores, e diante disso investir em áreas “não produtivas” era apenas um “mal menor”.

2 Entre estes três, apenas Mészáros desenvolveu com ênfase a ideia de “crise estrutural do capital”, central para Mandel.

Antes, no entanto, de adentrar a esta discussão, vamos voltar para o campo da arquitetura, onde esforços teóricos significativos têm sido feitos no sentido de buscar encontrar os nexos entre a difícil caracterização deste novo momento do capital e a igualmente difícil caracterização do novo momento da produção arquitetônica.

ARQUITETURA NA ERA DIGITAL-FINANCEIRA

Só para citar um exemplo: David Harvey (2012), pensador britânico que vem ganhando destaque dentro da discussão marxista em diversos campos das ciências sociais – embora tenha origem na geografia –, ao analisar a *Condição pós-moderna* à qual estamos sujeitos no capitalismo recente, recorre de maneira bastante farta a exemplos de diversos campos da expressão cultural, como o cinema, as artes plásticas, a publicidade, além de um que aqui muito nos interessa: a arquitetura. Como buscamos evidenciar no preâmbulo deste artigo, este recurso utilizado por Harvey (2012) não se deve ao acaso: compreender os reflexos culturais de uma época é tão importante para a compreensão da totalidade das relações colocadas para esta mesma época como compreender a totalidade é importante para compreender um reflexo cultural específico.

Mais recentemente, e mais ao sul do mundo, o arquiteto Pedro Fiori Arantes (2010a) – em seu *Arquitetura na era digital-financeira* – buscou remexer com afinco nesta questão, que medeia a arquitetura produzida pelo que se acostumou chamar de *star system* do *métier* e as movimentações econômicas, políticas e sociais sobredeterminadas pelo novo estágio do capital mundializado.

O trabalho de Arantes (2010a) traz uma grande contribuição para o campo da arquitetura, perdido na maior parte do tempo em debates completamente descolados da base social real em que esta atividade necessariamente se desenvolve. Sua identificação do papel ideológico cumprido por essa arquitetura contemporânea, sua pesquisa sobre as mudanças ocorridas no interior dos grandes escritórios de arquitetura e da proletarização do arquiteto, sua análise sobre a introdução do robô-pedreiro – que em absoluto não veio para amenizar o trabalho no canteiro, senão para fazer o contrário – e sobre a nova função do ornamento nesta arquitetura recente, sua análise sobre a inserção de inovação tecnológica propiciada por este tipo de expressão arquitetônica, tudo isso é produto de um estudo profundo e minucioso.

Um dos grandes trunfos de Arantes (2010a) é seguir uma linha de compreensão e análise que tem em Sérgio Ferro (2010, p. 13) um dos seus principais expoentes, e que admite que “a arquitetura faz parte de um conjunto maior, o da construção em toda sua extensão, que por sua vez está incluído num maior ainda, o da economia política.” Ou seja, enquanto expressão cultural, a arquitetura jamais deixará de possuir sempre uma ligação com um setor produtivo, que é o da construção, e que portanto, se há algum nível de influência da economia sobre a arquitetura enquanto segmento cultural ou artístico, ela provavelmente é ainda mais forte do que nas outras artes que não possuem esta vinculação³.

3 De nossa parte, parecem lapidares as afirmações de Sérgio Ferro (2006, p. 105), já no início de *O Canteiro e o Desenho*: “o objeto arquitetônico, assim como a pá ou a arma, é fabricado, circula e é consumido, antes de mais nada, como mercadoria.” E mais adiante: “A mercadoria, para manter a face, esconde o que é e empresta o que não é. Esconde as relações de produção de que é fruto, intermediária e expressão, e põe as relações como epifenômeno de sua movimentação que se finge autônoma” (FERRO, 2006, p. 129).

Sendo a arquitetura uma expressão tão diretamente vinculada à movimentação do capital, é fundamental aos arquitetos manter um alto nível de atenção relacionado à compreensão desta movimentação, como forma de conseguir atingir nível igualmente alto de análise sobre a própria arquitetura. É neste sentido, no entanto, que entra a problematização proposta por este artigo: admitindo a grande contribuição trazida à tona pelo estudo de Arantes (2010a) buscamos questionar parte de sua análise explicativa sobre o capitalismo contemporâneo, e indagar se não seria mais adequado referir-se a este capitalismo como um sistema em crise estrutural, ao invés de enxergá-lo apenas como um capitalismo financeirizado. A questão é delicada e possui nuances, os limites nem sempre aparecem bem demarcados, mas faremos o esforço de buscá-los.

Segundo Arantes, neste novo estágio do capitalismo, as “finanças globalizadas” passam historicamente a prevalecer em relação ao “capital industrial”. Ainda com relação ao próprio trabalho, Arantes (2010a, p. 1) menciona o “reino do capital fictício”, capaz de gerar “novas paisagens urbanas, figurações surpreendentes produzidas por uma arquitetura de ponta, aquela que explora os limites da técnica e dos materiais, quase sem restrições, inclusive orçamentárias.”

Arantes (2010b, p. 105) situa sim, é verdade, esta arquitetura como expressão da crise – o que, mais do que em sua tese de doutorado, está bem expresso em um artigo em que afirma ser esta arquitetura contemporânea uma “evidência da crise”. O que queremos discutir, no entanto, é o caráter desta crise: cíclica? Ligada à uma bolha imobiliária, ou seja, relativa a um campo restrito da economia? Ou estrutural, global?⁴.

Pois bem, alguns dos elementos presentes no estudo de Arantes (2010a) que gostaríamos de questionar relacionam-se à caracterização do momento presente como algo desenca-deado por

[...] um conjunto de acontecimentos mais ou menos simultâneos: a ascensão do regime de acumulação dominado pelas finanças e pela renda; a organização em rede e a acumulação flexível da produção pós-fordista, com mudanças no mundo do trabalho; a derrocada do bloco socialista, a crise do *welfare* e o aumento das desigualdades sociais; as novas formas de hegemonia norte-americana; a difusão das novas tecnologias digitais e da informação; a consolidação de uma virada epistemológica nas ciências, na linguística e na filosofia, etc. (ARANTES, 2010a, p. 97).

Isto teria relação com um momento, o atual, em que

[...] todas as grandes empresas sabem fazer produtos similares com a mesma competência técnica, a diferença está nos valores imateriais que cada produto é capaz de incorporar por meio de estratégias de marketing, *branding* e *design*. [...] Essa busca pela transcendência corporativa é um fenômeno relativamente recente, quando um grupo seleto de empresas percebeu que construir e fortalecer suas imagens de marca, numa corrida pela ausência de peso, era a estratégia para alcançar um novo tipo de lucratividade. (ARANTES, 2010a, p. 35).

4 Vejamos o que nos diz Mészáros (2012b): “A este respeito é necessário clarificar as diferenças relevantes entre os vários tipos e modalidades de crise. Não é de somenos importância o facto de uma crise na esfera social poder ser considerada periódica (conjuntural), ou de os seus fundamentos serem muito mais profundos do que isso. Pois, como é evidente, a forma de lidar com uma crise estrutural, uma crise dos fundamentos, não pode ser conceptualizada nos mesmos termos e segundo as mesmas categorias que se utilizam para lidar com as crises periódicas ou conjunturais. A diferença fundamental entre estes dois tipos de crise contrastantes é que a crise periódica ou conjuntural pode ser compreendida e resolvida dentro da estrutura actual, enquanto que a outra afecta a própria estrutura estabelecida no seu todo.”

Arantes (2010a) afirma ainda que a arquitetura moderna teria, no passado, “eleito” o capital industrial como “principal aliado”, pois esse capital seria mais progressista que o fundiário. Já na arquitetura contemporânea o aliado preferencial passaria a ser o novo capital dominante (mais dinâmico e próspero da economia), ou seja, o rentista e o da indústria de entretenimento. Se antes, portanto, a arquitetura valorizava o capital como função antes do que como propriedade, agora passou a valorizar a propriedade do capital.⁵

Por fim, este novo momento do capital teria o seguinte desdobramento sobre a intensificação da extração de valor no campo da construção:

[...] quanto mais as diversas formas de rentismo levam a uma distribuição perversa do lucro social, apropriando-se de fatias consideráveis dele sem levar em conta as reais proporções da produção, mais se exige dos setores produtivos que ampliem a exploração – e a construção civil é uma das fronteiras mais prósperas (ARANTES, 2010a, p. 207).

5 Cf Arantes (2010a, p. 33-35).

6 Um exemplo disso é a ideia de “desmedida do valor”, que pode ser constatada, por exemplo, nos estudos de Eleutério Prado (2005). Outro é a ideia de uma “sociedade pós-industrial”, já mencionada e que tem como expoente o italiano Domenico De Masi (2000). Contrário a estas ideias que negam ou consideram ultrapassada a lei do valor, Paulo Netto e Braz (2008, p. 161, grifo do autor) nos oferecem uma visão que parece muito mais enraizada no movimento real do capital e de suas crises: “ainda que seja intenso o debate sobre a causalidade das crises, parece não haver dúvida quanto à sua função: é através delas que a lei do valor se impõe”; para compreender sua argumentação ver p. 160 e ss.

Como já apontamos, embora haja um relativamente amplo consenso entre os pensadores críticos atuais em torno da constatação da passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro na contemporaneidade, o entendimento da relação desta hegemonia com a lei do valor desvendada por Marx (1996a; 1996b) ainda é objeto de grandes confusões e mesmo dúvidas⁶.

Buscaremos agora revisitar uma das teorizações que, como também já vimos, esteve na origem do hoje heterogêneo campo marxista de análise do capitalismo contemporâneo, a de Mandel (1982), no sentido de extrair dela alguns fundamentos que – ao que parece – estão sendo negligenciados em muitas destas análises mais recentes, mas que, em nossa opinião, mantém sua validade e, em alguns casos, se aprofundaram nos últimos quarenta anos.

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Embora datado da década de 1970, o estudo de Mandel não está ultrapassado, uma vez que sua atualidade está conectada ao fato de ele ter se proposto justamente a realizar uma análise de largo prazo. Sem mencionar o fato de haver uma série de pensadores que constantemente vem atualizando suas colocações.

Pois bem, Mandel (1982) jamais situa em um único aspecto a causa dos sintomas do capitalismo tardio. Seu grande mérito está justamente em articular todos estes aspectos e compor um todo explicativo. Diversas vezes ele não apenas articula os fatores entre si como o faz duplamente, mostrando não só sua interação, como também sua interação recíproca. Assim consegue desmistificar algumas teorias que, situando a previsão da crise do sistema do capital em um único fator como causa, enxergavam um desenvolvimento mais ou menos linear dessa evolução. Por outro lado, não transforma essas interações recíprocas multicausais em um sistema equilibrado, mas sim aponta para tendências de crises que se desenvolvem a partir das contradições internas ao capitalismo, embora com

uma complexidade muito maior do que a daquelas tendências mais lineares. Impressiona, nos dias de hoje, a confirmação destas tendências, tanto das que foram declaradas por Mandel, quanto das que se pode pescar em suas entrelinhas.

Dessa maneira, praticamente todos aqueles aspectos que apareceram no tópico anterior como um conjunto de fatores que, segundo Arantes (2010a), desencadeou o momento atual do capitalismo, também são mencionados por Mandel (1982). Mas há uma diferença, que reside no fato de que alguns daqueles aspectos são, para Mandel, mais centrais que outros, assim como alguns são tidos mais como consequências do que como causas, ou seja, não são considerados como “mais ou menos simultâneos” ou de forma homogênea.

Um destes aspectos que nos chamou a atenção é a “crise do *welfare*”. Para Arantes (2010a, p. 5) esse aspecto parece ser bastante predominante sobre os demais, pois é o mais citado ao longo de todo o seu estudo. Arantes chega a falar em uma “sociedade pós-utópica”, enveredando a análise para questões bastante subjetivas. Mandel (1982) praticamente enxerga essa imagem invertida. Para ele a “crise do *welfare*” é, na verdade, uma resposta do capital (antes de ser uma causa) ao limite encontrado por ele ao deparar-se com o final de uma “onda longa com tonalidade expansionista”, característica do período anterior, situado por Mandel entre o final da Segunda Guerra Mundial e mais ou menos o ano de 1965. Aqui somos forçados a uma pausa, pois a teoria das ondas longas de Mandel (1982) é algo bastante complexo e, embora sejamos obrigados a apresentá-la de maneira muito breve e, portanto, possivelmente empobrecedora, não podemos nos furtar em fazê-lo. É nela que está a chave para a compreensão de nosso tempo histórico. Vamos nos basear em tentativas de síntese do próprio autor:

Uma transformação geral da tecnologia produtiva também ocasiona um aumento considerável na composição orgânica do capital e, dependendo das condições concretas, esse aspecto conduzirá mais cedo ou mais tarde a uma queda na taxa média de lucros. Esse declínio, por sua vez, tona-se o principal obstáculo à revolução tecnológica seguinte. As dificuldades cada vez maiores de valorização na segunda fase da introdução de toda nova tecnologia de base acarreta um subinvestimento crescente e a criação em escala cada vez mais ampla de **capital ocioso**. Somente se uma combinação de condições específicas der origem a um aumento repentino da taxa média de lucros é que esse capital ocioso, lentamente reunido no decorrer de várias décadas, será encaminhado em escala maciça para as novas esferas de produção, capazes de desenvolver a nova tecnologia de base. (MANDEL, 1982, p. 83, grifo nosso).

Para Mandel (1982), diante deste impasse, as flutuações no exército industrial de reserva representam um dilema central para o capital. É, entre outros fatores, por isso que a taxa média de lucros cai com o aumento da composição orgânica do capital. Um exército industrial de reserva inflado tem quase sempre relação com um aumento na taxa de mais-valia (e ambos igualmente não se desligam de um aumento da composição orgânica do capital, pois trata-se de uma relação dialética de interação recíproca, que não cabe aqui esmiuçar em detalhe), pois força uma queda nos salários ainda mais para abaixo do valor da força de trabalho, mas também representa uma dificuldade maior em realizar o capital,

ao diminuir o poder de compra dos trabalhadores (tanto direta quanto indiretamente, já que os salários reais podem crescer diante de um exército de reserva restrito). A época do *welfare* (1945-1965), assim como outras épocas de mais ou menos igual duração, como os períodos entre 1848-1873 ou 1894-1913, teria sido marcada por condições propícias à realização do capital produtivo, que combinava aumento constante da produtividade do trabalho e, ao mesmo tempo, aumento do consumo. Mas estes ciclos de expansão acelerada, como mostra a citação acima, sempre encontram seu limite. O ciclo que o substitui, portanto, é forçado a inchar novamente o exército de reserva e a cortar as conquistas que os trabalhadores obtiveram no ciclo precedente, como forma de retomar um aumento na taxa de mais-valia (principalmente através da mais-valia relativa) e, conseqüentemente, na taxa de lucro. Eis o destino do *welfare*.

Um parêntesis: Voltamos a alertar para o risco de empobrecimento dos debates: obviamente que uma série de fatores influenciam, de maneira combinada, tudo isso. Por exemplo, o fim da URSS é um elemento de peso para a crise *welfare*, uma vez que a melhoria no nível de vida dos trabalhadores sob o capitalismo foi um elemento importante da guerra fria. Basta olhar para o entre guerras (1918-1939), quando o capital se encontrava em situação semelhante, segundo Mandel (1982), à de 1965, e não pôde agir da mesma forma por conta do risco de uma revolução socialista tomar conta da Europa, inspirada na revolução russa de 1917.⁷

7 Ver Mandel (1982), p. 119-20 e p. 132).

Mas vejamos como ao falar de *welfare* já apontamos para questões que estão na base de outro fenômeno da contemporaneidade: o dilema do capital produtivo. Como dissemos, esse é um grande mérito de Mandel (1982). Seu raciocínio articula muito bem os fenômenos e vai fundo na busca de explicações. A criação em escala cada vez mais ampla de capital ocioso é, sem dúvida, algo que não pode ser negligenciado na busca por explicações para a forma da arquitetura contemporânea. Não se pode confundi-la, no entanto, com financeirização, que é tida pela maioria dos teóricos que a empregam, enquanto conceito, como um fenômeno tendencialmente permanente para o futuro (uma espécie de novo capitalismo), e não como um fenômeno relativamente transitório dos ciclos longos do capitalismo, mais especificamente deste último ciclo, marcado pela hegemonia do capital financeiro e pela crise estrutural.

Um segundo parêntesis: Aqui também há muita confusão. Não faremos mais do que deixar uma citação de Mandel (1982, p. 220) que revela sua preocupação em clarear a compreensão do fenômeno da hegemonia do capital financeiro (enquanto fusão do capital bancário com o capital industrial): “Para Lênin, não é a dominância do capital bancário sobre o industrial que produz o imperialismo, mas sim o próprio desenvolvimento industrial, que tende ao monopólio.”

Olhando por este ângulo, passamos a enxergar os malabarismos da arquitetura contemporânea muito mais como uma saída desesperada e desconfortável ao capital do que como uma grande sacada genial para aumentar seus lucros. Mas, para desembaçar este olhar, vamos aprofundar a análise com mais elementos. Voltemos, portanto, ao fenômeno de formação de uma massa de capital ocioso:

Enquanto o “capital” era relativamente escasso, concentrava-se normalmente na produção direta de mais-valia nos domínios tradicionais da produção de mercadorias. Mas se o capital gradualmente se acumula em quantidades cada vez maiores, e uma parcela considerável do capital social já não consegue nenhuma valorização, as novas massas de capital penetrarão cada vez mais em áreas não produtivas, no sentido de que não criam mais-valia. (MANDEL, 1982, p. 272, grifo do autor).

Segue-se uma conclusão importante. Do ponto de vista dos interesses globais da classe capitalista, a expansão do setor de serviços no capitalismo tardio é, na melhor das hipóteses, **um mal menor**. É preferível à existência de capitais excedentes ociosos, mas continua sendo um mal à medida que não tem nenhuma relação direta com o aumento da massa total de mais-valia e que diretamente só contribui muito modestamente para esse aumento, ao reduzir o tempo de rotação do capital. (MANDEL, 1982, p. 284-285, grifo nosso).

Para o capital, o setor produtivo sempre será o preferencial, pois ele é o único capaz de produzir mais-valia. **“D só pode transformar-se em D’ pela mediação da produção”**, afirmam categoricamente José Paulo Netto e Marcelo Braz (2008, p. 231, grifo do autor). Os únicos momentos em que o capital produtivo pode perder importância são aqueles em que a indústria não apresenta condições de valorização. Nestes momentos, o capital é forçado a direcionar-se para setores não produtivos, esses setores não são, em absoluto, mais lucrativos. Na verdade há aí uma boa dose de complexidade, porque se estes setores não fossem relativamente mais lucrativos também não atrairiam o capital. A questão é que, com isso, a capacidade regenerativa do capital se enfraquece, ou seja, não se trata de uma saída efetiva para o capital, mas sim de uma saída temporária e limitada. Em outras palavras, quanto mais o capital é forçado a investir nestes setores, mais aprofunda sua crise.

Claramente Mandel (1982) identifica na formação deste capital ocioso um problema gravíssimo para a “classe capitalista”⁸. Arantes (2010a, p. 283) também tomou nota da formação de uma massa de capital ocioso. Na conclusão de sua tese ele afirma inequivocamente: “A profusão de obras que assumem a forma-tesouro é tanto uma exigência da renda monopolista quanto reflexo do excedente absoluto de capital sobreacumulado que não encontra condições objetivas para sua valorização por meio do trabalho vivo.” Queremos apenas chamar a atenção para o fato de essa constatação ter sido tomada em segundo plano, aparecendo (pelo menos assim identificamos) apenas na conclusão, enquanto que a “exigência da renda monopolista” aparece seguidamente ao longo de todo o texto.

Mandel (1982) complementa ainda a análise da formação de uma massa de capital ocioso afirmando que a lógica do capitalismo tardio é a de converter capital ocioso em capital de serviços e, sempre que possível, converter o capital de serviços em capital produtivo. Seus exemplos são os serviços de transportes convertidos em automóveis individuais, os serviços culturais (teatro, cinema) transformados em aparelhos privados de televisão e assim por diante, ou seja, converter serviços em mercadorias que representem novas necessidades e

8 Outro autor que sustenta posição parecida é John Bellamy Foster (2008) ao afirmar que “o capitalismo na sua fase monopolista-financeira tornou-se cada vez mais dependente do inchaço do sistema de crédito-débito a fim de escapar aos piores aspectos da estagnação. Além disso, nada no próprio processo de financeirização apresenta uma via de saída deste círculo vicioso.”

possam voltar a realizar capital produtivamente. Talvez resida aí uma explicação mais contundente para o fato de a “nova economia da cultura” apostar tantas fichas justamente na arquitetura, que não só é uma mercadoria como é uma galinha dos ovos de mais-valia, dada a composição orgânica do capital nos canteiros de obra, tão bem estudados por Pedro Arantes (2010a).

Mandel (1982) identifica, inclusive, nos becos sem saída em que se meteu a economia burguesa em seu afã por encontrar as medidas capazes de acabar com as crises, a exata expressão de uma burguesia condenada pela história⁹

E há algo mais: Mandel (1982, p. 341) enxerga no papel que cumpre o Estado no capitalismo tardio o “corolário histórico das dificuldades crescentes de valorizar o capital e realizar a mais-valia de maneira regular”, sua “intervenção” no sentido de amenizar estas dificuldades, que também crescem constantemente, apenas deixam mais claro o fato de que “esse sistema sofre de uma doença incurável” (MANDEL, 1982, p. 341). É uma intervenção que se dá em vários níveis¹⁰, desde a regulação monetária e emissão de papel-moeda até o incentivo à indústria de armamentos, que tem o Estado como principal “consumidor” (na verdade comprador, pois grande parte do arsenal militar é comprado para jamais ser consumido). Parece que, nesta história, a nossa “arte”, a arquitetura, tem se situado mais próxima das máquinas de guerra do que das máquinas de dinheiro:

Se o Estado não deseja apenas aumentar a demanda monetária efetiva dos “consumidores finais”, mas também elevar o volume global de investimentos, só pode fazê-lo ao assegurar que seus investimentos não entrem em concorrência com os investimentos das empresas capitalistas privadas – em outras palavras, se não privar essas últimas de seus mercados já restritos. Assim, os investimentos estatais só promoverão uma melhora se criarem “mercados adicionais”. Historicamente falando, a produção de armamentos e as obras públicas têm desempenhado esse papel. (MANDEL, 1982, p. 386).

Parece que é exatamente aqui que se encaixa boa parte da arquitetura contemporânea desenhada pelo atual *star system* do *métier*. Pedro Arantes (2010a) identifica este fenômeno muito bem, chegando inclusive a sugerir explicações bastante interessantes para o fato de as relações entre orçamentos e preços serem diferenciadas entre as obras encomendadas pelo Estado e as encomendadas pelo setor privado e para as relações que ela estabelece com o mercado imobiliário. Visto dentro do contexto sugerido por Mandel (1982), no entanto, são as raízes mais profundas da função desta nova arquitetura que vêm à tona.

Muito antes de os arquitetos elegerem seu capital aliado, à luz da análise histórica do capitalismo recente feita por Mandel (1982), nos parece que, como já o constatara Sérgio Ferro (2006), houve muito mais determinações no sentido inverso. Desta maneira, o papel do Estado se torna mais claro também. O Estado, já no tempo do *welfare*, cumpriu papel central no “incentivo” à arquitetura. Naquela época a construção de escolas, hospitais, conjuntos habitacionais, tudo isso já cumpria com o papel de fornecer um espaço para a reprodução do capital que fosse altamente lucrativo (em termos de mais-valia, mais até do que de lucros). Politicamente também era importante que o fizesse, pois a política de

9 Cf nota 23 (MANDEL, 1982, p, 291).

10 Ver, por exemplo em Mandel (1982, p. 340).

welfare, muito mais do que uma promessa da modernidade, cumpriu com o papel de fazer concessões aos trabalhadores no lado ocidental (nos países imperialistas, obviamente, pois na periferia o que se viu foram ditaduras sangrentas) em um contexto de guerra fria.

Na fase de sua crise estrutural, no entanto, o Estado não só precisa desmontar o *welfare* como forma de abrir espaço para que o capital privado abocanhe uma parcela maior do setor de serviços (como mal menor, já vimos), como precisa manter os “investimentos”, senão aumentá-los, na construção civil para fazer crescer a produção da massa total de mais-valia. Por isso nos parece inadequada à avaliação de que o projeto moderno “cumpru o seu destino”, como afirma Otília Arantes (2005), ou pelo menos ela é insuficiente. O que acabou não foi nenhuma **promessa**, mas sim o período em que o capital podia regular-se com maior tranquilidade e, portanto, criar certas **ilusões** esperançosas (haja vista a floração dos partidos socialdemocratas, defensores de uma “terceira via”).

O que está por trás destas diferenças aparentemente pouco relevantes é a identificação da crise estrutural do capital. Para Mandel (1982) é muito improvável que o capitalismo seja capaz de conseguir efetuar a virada necessária para alcançar uma nova onda longa com tonalidade de expansão. Alguns acontecimentos recentes, os quais ele não vivenciou, podem ter trazido um pequeno novo fôlego ao sistema do capital, como a extinção do bloco socialista do oriente, que fez o mercado mundial se expandir consideravelmente e injetou um novo grande contingente no exército de reserva a nível mundial¹¹.

Nos parece mais adequado, portanto, compreender esta arquitetura do *star system* como expressão da crise estrutural do capital, antes de compreendê-la como expressão da “financeirização”, termo bastante limitado, se o considerarmos apenas como parte constitutiva de um processo mais amplo: justamente o da crise estrutural. Jamais compreenderíamos essa relação, no entanto, sem estudar essa arquitetura de maneira profunda e buscando seus elementos de canteiro e de desenho como o fez Arantes (2010a).

CONCLUSÕES E DESDOBRAMENTOS PARA A PRÁTICA DO ARQUITETO NA CONTEMPORANEIDADE

As crises econômicas se tornando cada vez mais constantes e avassaladoras, o crescimento da irracionalidade (na arquitetura, inclusive), a intensificação da luta de classes, tudo isso indica que a constatação de uma crise estrutural do sistema do capital é muito correta. O momento atual parece marcado pela impossibilidade de oferecer alternativas que desconsiderem uma mudança profunda nas relações de produção. Há teóricos contemporâneos importantes que estão dedicados a desenvolver esta compreensão, atualizando a constatação da crise estrutural. Um deles é Mészáros (2012), que afirma que “uma crise estrutural exige uma mudança estrutural”¹².

Não se trata de negar a capacidade regenerativa do capital, sempre surpreendente, mas sim de compreender que nos termos do processo histórico de sociabilidade humana, o

11 Este fenômeno da inserção de trabalhadores do antigo bloco socialista na construção civil a nível mundial, aliás, é muitíssimo bem analisado por Pedro Arantes.

12 Este é o título de um de seus escritos publicados na *Monthly Review*. (MÉSZÁROS, 2012). Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2012/03/01/structural-crisis-needs-structural-change/>>. Em português encontra-se uma versão em: <http://www.odiario.info/?p=2451>.

capitalismo já mostra evidentes sinais de esgotamento, o que tem conduzido a verificação de sinais muito preocupantes de ameaças à própria sobrevivência da humanidade. Obviamente que esta constatação pressupõe a possibilidade de o povo, enquanto sujeito histórico, construir um projeto societário distinto e impô-lo como alternativa. Ela não coaduna, portanto, com nenhuma ideia do tipo a que apregoa uma sociedade pós-utópica. Se há hoje uma dificuldade em identificar alternativas, isso não é produto de nenhum destino histórico. Mais do que nunca a afirmação de Rosa Luxemburgo (2010) ganha validade: socialismo ou barbárie.

Uma sociedade pós-utópica seria uma sociedade sem saída, onde já não haveria mais nada o que fazer para modificar o existente¹³. E há realmente quem defenda este cruzar de braços, ou a espera de um milagre. Felizmente não é o caso de Pedro Arantes (2002, 2010a), já que não só sua tese é uma contribuição fundamental para elevar o nível do debate como também o é seu trabalho junto aos movimentos sociais. Seu “fio da meada”¹⁴ considera partir para uma atuação que não se limita a estabelecer a luta econômica dos trabalhadores, mas sim em buscar retomar o controle dos trabalhadores sobre seu próprio trabalho.

Prática que desde Mandel (1982) já era considerada fundamental neste novo momento:

O capitalismo tardio é uma ótima escola para o proletariado, ensinando-o a não se preocupar unicamente com a partida imediata do valor recém-criado entre salários e lucros, mas com todas as questões do desenvolvimento e da política econômica, e particularmente com todas as questões que envolvem a organização do trabalho, o processo de produção e o exercício do poder político. (MANDEL, 1982, p. 128).

Esta ação prática, no entanto, é mais do que meramente política, organizativa ou econômica, ela é também um exercício de arquitetura, de experimentação no campo do projeto e da criação arquitetônica. Por isso a forma contra-hegemônica de arquitetura defendida e experimentada pelos arquitetos que compõe o “fio da meada” identificado por Pedro Arantes (2002) é tão valorosa para quem se interessa pela emancipação da arquitetura. Estes arquitetos jamais se contentaram em pronunciar em termos abstratos a feição de uma arquitetura do socialismo, provavelmente todos eles concordariam com Jameson (1994) quando este afirma:

[...] não serve a nenhum propósito prático especular sobre as formas que poderia adquirir um terceiro e autêntico tipo de linguagem cultural em situações que ainda não existem. Quanto aos artistas, também para eles “a coruja de Minerva alça seu voo ao crepúsculo”; também para eles, como para Lênin em abril, o teste da inevitabilidade histórica é sempre após o fato; e eles, tanto quanto nós, só podem ser avisados do que é historicamente possível depois que tenha sido tentado. (JAMESON, 1994, p. 15, grifo do autor).

É na possibilidade de experimentar, portanto, que se pode avançar para uma “linguagem cultural” autêntica, despida das determinações de classe que a sociedade de classes impõe. Esta experimentação, no entanto, precisa de uma orientação teórica. Afinar os instrumentos da crítica para não cair em ilusões quanto ao futuro é essencial. O tempo parece impor aos interessados nesta emancipação da arquitetura que não só experimen-

13 Por certo que também não estamos aqui defendendo utopias, mas sim a inevitabilidade da projeção de mudanças na sociedade. Sobre o problema das utopias, mais uma vez Mészáros (2012b): “Quando se afirma a necessidade de uma mudança estrutural radical é necessário que fique desde logo claro que não se trata de um apelo a uma utopia irrealizável. Bem pelo contrário, a característica essencial das teorias utopistas modernas é precisamente a projecção de que o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores pode ser alcançado no quadro estrutural existente nas sociedades criticadas”.

14 Expressão utilizada por ele em seu primeiro livro (ARANTES, 2002).

15 Este também é o título de uma das mais recentes obras de István Mészáros (2007).

tem para manter uma arquitetura contra-hegemônica atuando ao lado da hegemônica. A disputa pela hegemonia parece que está com a conjuntura de coexistência pacífica com os dias contados. Se o capitalismo está realmente se aproximando de um beco sem saída, cabe aos arquitetos voltar a pensar na resolução dos grandes problemas que uma outra sociedade irá exigir, cabe a nós (arquitetos) pensar em como assumir as rédeas de uma nova arquitetura, que não brotará apenas de nossa vontade subjetiva, mas também como exigência objetiva do tempo histórico. Formular tudo isso em tempos difíceis, de corte de direitos da classe trabalhadora, no entanto, parece ser a exata expressão do “desafio e o fardo do tempo histórico”¹⁵, o desafio do nosso próprio tempo histórico.

REFERÊNCIAS

ARANTES, O. **A “virada cultural” do sistema das artes**. São Paulo, 18 abr. 2005. Comunidades Intencionais. Disponível em: <<http://comunidadesintencionais.files.wordpress.com/2009/09/a-e2809cvirada-cultural-e2809d-do-sistema-das-artes-otilia-arantes.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

ARANTES, P. F. **Arquitetura nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. **Arquitetura na era digital-financeira**: desenho, canteiro e renda da forma. 2010. 307 f. Tese (Doutorado)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-FAU-USP, São Paulo, 2010a.

_____. Forma, valor e renda na arquitetura contemporânea. **ARS**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 85-108, 2010b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ars/v8n16/07.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

DE MASI, D. **A Sociedade pós-industrial**. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2000.

FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

_____. **A história da arquitetura vista do canteiro**: três aulas de Sérgio Ferro. São Paulo: GFAU, 2010.

FOSTER, J. B. The Financialization of Capital and the Crisis. **Monthly Review**, New York, v. 59, n. 11, Apr. 2008. Available: <<http://monthlyreview.org/2008/04/01/the-financialization-of-capital-and-the-crisis>>. Access: 16 set. 2013.

_____. The Financialization of Capitalism. **Monthly Review**, New York, v. 58, n. 11, Apr. 2007. Available: <<http://monthlyreview.org/2007/04/01/the-financialization-of-capitalism>>. Access: 16 set. 2013.

FRAMPTON, K. **Historia crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GREGOTTI, V. **Território da Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HILFERDING. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

JAMESON, F. Reificação e utopia na cultura de massa. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 1-25, 1994.

_____. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

LÊNIN, V. I. **O Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011. (Navegando Edições).

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996a. v.1, t.1

_____. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996b. v.1, t.2.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MÉSZÁROS, I. **Desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da UNICAMP. 2002.

_____. Uma crise estrutural exige uma mudança estrutural. Tradução de Miguel Queiroz e Inês Félix. **O Diário.info**. 19 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.odiario.info/?p=2451>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

PAULO NETTO, J. Uma face contemporânea da barbárie. In: ENCONTRO INTERNACIONAL CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE, . 3, 2010, Serpa. **O Diário.info**. 3 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.odiario.info/b2-img/JosePauloNetto.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2013.

PAULO NETTO, J; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PRADO, E. **Desmedida do valor**: crítica da pós-grande indústria. São Paulo, Xamã, 2005.